



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS - FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarloslfam@tjsp.jus.br

### SENTENÇA

Processo nº: 1008170-36.2016.8.26.0566  
 Classe - Assunto: **Inventário - Inventário e Partilha**  
 Inventariante: Ilda Divina de Carvalho Campos  
 Inventariado: Orides Augusto Campos

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

Trata-se de procedimento de arrolamento (artigos 659/663, do CPC), cuja partilha foi firmada de modo consensual, conforme fls. 32/36. As certidões negativas constam de fls. 37, 50 e 58.

**HOMOLOGO**, por sentença, o plano de partilha de fls. 32/36 para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Diante da consensualidade em destaque, a publicação desta sentença nos autos gerará AUTOMATICAMENTE o seu trânsito em julgado (**dispensando a serventia de expedir certidão específica**).

À inventariante para informar se os herdeiros dos itens "3" e "4" de fl. 02 são solteiros. Os herdeiros-filhos e seus respectivos cônjuges deverão regularizar a representação processual exibindo os respectivos instrumentos de mandatos (procurações). A inventariante e herdeiros devem comprovar o recolhimento das CPAs.

Depois do atendimento às determinações do parágrafo anterior (a serventia deverá lançar certidão cartorário) os herdeiros poderão obter o formal de partilha em qualquer Tabelionato de Notas desta comarca, consoante as Normas do Extrajudicial expedidas pela E. CGJ. O Tabelionato solicitará (por e-mail) senha ao Cartório como de praxe.

O veículo (fl. 56: CRLV) não poderá figurar no DETRAN em nome de mais de um dos aquinhoados com esse bem (partilha de fls. 32/36). Necessário que a inventariante ou os referidos beneficiários desse bem indiquem um deles para constar como proprietário do bem no referido Departamento. Poderão, querendo, pleitear a expedição de alvará para a venda do veículo a qualquer momento.

Intime-se o Fisco Estadual para adotar as providências necessárias visando ao lançamento administrativo do ITCMD, consoante o § 2º, do art. 662, c/c § 2º do art. 659, do NCPC. Essa questão não se submete ao crivo judicial nestes autos.

P. I. Forneça ao Fisco Estadual senha para que tenha pleno acesso a estes autos. Dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo. Só depois de satisfeitas todas as exigências supra, confirmadas através de certidão do cartório, os autos serão remetidos ao arquivo.

São Carlos, 18 de agosto de 2016

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**